

EMTU adia licitação da terceira fase do VLT

Empresa analisa questionamentos ao edital

SANDRO THADEU
DA REDAÇÃO

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU) adiou, por tempo indeterminado, a primeira fase da licitação para as obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), no trecho entre a Avenida Conselheiro Nébias e o Valongo, em Santos.

No último dia 9, seriam abertos os envelopes das empresas ou consórcios interessados em participar da fase de pré-qualificação. Apenas as empresas habilitadas nessa etapa poderiam disputar a concorrência para tirar a obra do papel.

Segundo a estatal, essa decisão foi tomada em razão "da análise de pedidos de esclarecimentos e impugnações recebidos" sobre o edital. Esse é o

terceiro adiamento. Inicialmente, a divulgação das propostas seria em 24 de fevereiro.

Enquanto o terceiro lote ainda está distante de começar, o segundo, da Avenida Conselheiro Nébias ao Terminal Porto, no Macuco, continua com trabalhos normalmente.

Estão sendo montadas a infraestrutura do Pátio Porto, a via permanente e as demais edificações que fazem parte do conjunto destinado à manutenção dos VLTs.

Nesse estacionamento, a empresa informa que há espaço para guardar, pelo menos, dez VLTs – cada um é formado por sete vagões. Até o fim do mês, devem acabar os trabalhos na Estação Porto, próxima ao Terminal Marítimo de Passageiros Giusfredo Santini.

Efeito colateral

Atraso

Desde novembro do ano passado, a Caixa Econômica Federal deixou de repassar cerca de R\$ 30 milhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, para as obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Segundo o Ministério das Cidades, a liberação de recursos ocorre de acordo com a execução e a medição das obras. O atraso se deve ao fato de o Governo do Estado estar resolvendo pendências no projeto. A EMTU informa que a situação já está sendo resolvida para que os pagamentos possam ser feitos ainda neste mês.

Corte de funcionários

Conforme apurado por A Tribuna, a Construtora Queiroz Galvão, uma das empresas que integram o consórcio que realiza a obra do VLT, colocou em aviso prévio cerca de metade dos 800 trabalhadores contratados. A empreiteira não quis se pronunciar sobre o assunto.

Dos 22 VLTs encomendados, três foram importados da Espanha e já estão na região. Os demais serão fabricados no Rio de Janeiro. O último será entregue até dezembro.

CONTESTAÇÃO

A empresa, que é ligada à Secre-



No último dia 9, seriam abertos envelopes das empresas ou consórcios interessados na pré-qualificação

taria de Estado de Transportes Metropolitanos, já entrou com recurso no Tribunal de Justiça (TJ) do Estado a fim de derrubar a liminar (decisão provisória), que impede a realização de obras do VLT ao longo da Avenida Francisco Glicério, em Santos.

Desde o dia 13 do mês passado, os trabalhos nessa via foram suspensos, após o TJ acolher o pedido do Ministério Público Estadual. Embasados em estudos realizados por peritos, os promotores defendem que o melhor trajeto para as composições seria pela antiga linha férrea, não pelo canteiro central da via.

Operação



Ainda conforme a EMTU, será iniciada em São Vicente, até o final do mês, a chamada Operação Precursora, entre as estações Mascarenhas de Moraes e João Ribeiro – esta última, quase na divisa com Santos. Nessa etapa, a população fará viagens monitoradas e de forma gratuita durante alguns meses para se acostumar com o novo meio de transporte. As operações comerciais do VLT têm previsão de início em outubro deste ano. As viagens ocorrerão diariamente, das 5 horas à meia-noite.



Obras estão paradas a partir do Canal 1; MP aponta mudança de traçado no primeiro trecho, negada pela EMTU

MPE tenta anular licença para a obra

O Ministério Público Estadual (MPE) ingressou esta semana com ação civil pública para que se anule a Licença de Instalação concedida pela Cetesb para a realização das obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) ao longo da Avenida Francisco Glicério, entre as avenidas Pinheiro Machado (Canal 1) e Conselheiro Nébias.

O processo indica que a EMTU deveria respeitar o previsto no Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima), que serviu de base para a emissão de Licença Prévia concedida pelo órgão ambiental.

A ação requer que o traçado do VLT seja feito no terreno da antiga linha férrea e não pelo canteiro central da via, como estava sendo executado até a liminar concedida pelo Tribunal de Justiça, em fevereiro, determinar a paralisação dos trabalhos no local.

Para promotores, a mudança do trajeto teve o objetivo de beneficiar um único imóvel (Mendes Convention Center) e essa alteração contou com o fomento e aval da Prefeitura de Santos.

A ação tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública de Santos e é assinada pelas promotoras do Grupo de Atuação Especial em Defesa do Meio Ambiente (Gaema) – Núcleo Baixada Santista, Almachia Zwarg Acerbi, Flávia Maria Gonçalves e Nelisa Olivetti de França Neri de Almeida, bem como pelo responsável pela promotoria do Meio Ambiente e Urbanismo, Daury de Paula Júnior;

Improbidade

As peças do inquérito civil já foram enviadas à Promotoria do Patrimônio Público da Capital para apuração de possíveis atos de improbidade administrativa praticada por integrantes de Cetesb, EMTU e Prefeitura de Santos, em razão da suposta mudança de traçado do VLT a fim de beneficiar um único empreendimento comercial de Santos.

DEMOLIÇÃO

Os integrantes do MPE pedem que EMTU, Cetesb, Prefeitura e Alvará Participações e Gestão de Bens Próprios (pessoa jurídica relacionada ao Mendes Convention Center) sejam condenadas a demolir, desfazer e/ou readequar projetos, obras e serviços já executados fora do terreno da antiga linha férrea.

Foi solicitado, ainda, o pagamento de indenização pelos danos morais coletivos decorrentes da lesão ao meio ambiente urbano – inclusive os relacionados aos transtornos causados pelo atraso e paralisação das obras –, que serão apurados. A verba deverá ser depositada no Fundo Estadual de Direitos Difusos Lesados.

Se a perícia apontar a impossibilidade de demolir os trabalhos já executados ao longo da Francisco Glicério, o MPE soli-

cita o pagamento de indenização pelos danos ambientais e patrimoniais, incluindo os valores ligados aos impactos decorrentes do acréscimo do valor da obra do trecho.

Caso confirmada essa hipótese, os promotores querem a condenação da Alvará Participações e Gestão de Bens Próprios ao pagamento de indenização correspondente ao valor do próprio Mendes Convention Center.

Na constatação de descumprimento das medidas, o MPE pediu que os envolvidos paguem multa diária de 10 mil unidades fiscais do Estado (Ufesp – R\$ 212,5 mil).

RESPOSTAS

A EMTU aguarda a citação da ação para apresentar a defesa. Reitera que o projeto do VLT prevê o traçado no centro da Francisco Glicério reurbanizada e os estudos provaram que esta é a melhor opção para o meio ambiente.

Considera também precipitado falar sobre eventuais danos ao erário, já que a questão sobre o traçado no canteiro central da avenida ainda se encontra em âmbito judicial.

A Prefeitura de Santos respondeu que irá aguardar a citação judicial, para posteriormente apresentar contestação. A Cetesb e o Departamento Jurídico do Grupo Mendes foram procurados por A Tribuna ontem, mas não responderam até o fechamento desta edição. (ST)

Processo do túnel também está parado

Emperrou

O Tribunal de Contas questiona 25 pontos do edital de licitação das obras. Enquanto não forem feitas as modificações solicitadas, o processo continua emperrado.

jam levados em consideração nas análises geotécnicas que a estatal detém, para obter as melhores soluções à obra.

Ramalho pediu que a Dersa se atente para quatro pendências que carecem de solução para o sucesso da obra. Elas serão analisadas pelo TCE quando forem contratadas. Uma delas é a regularização das desapropriações de cerca de 4.200 pessoas com a necessidade de reassentamento.

As outras são a formalização do decreto de utilidade pública para a área de domínio da ligação seca, a renovação da Licença Ambiental Prévia (que vence este mês) e a aprovação da Licença de Instalação, documento imprescindível para iniciar a construção do túnel submerso.

SILÊNCIO

A Dersa informa que vai se manifestar sobre a decisão do TCE apenas quando tiver ciência do teor do acórdão da sessão realizada no dia 1º deste mês.

A Tribuna perguntou à estatal quando seria lançado o novo edital da obra e a previsão de quando os trabalhos seriam iniciados. No entanto, a empresa não respondeu a essas questões. (ST)

A travessia

